

TUDO QUE
VOCÊ PRECISA
SABER SOBRE
A SUA CIDADE

RS 5,00

14 de
Dezembro
de 2025
Nº 9.630

34
anos

◆ SUMARÉ [CENTRO | NOVA VENEZA | PICERNO | MARIA ANTONIA | ÁREA CURA | MATÃO] ◆ HORTOLÂNDIA ◆ NOVA ODESSA ◆ MONTE MOR ◆ ELIAS FAUSTO ◆ PAULÍNIA ◆ CAMPINAS ◆ AMERICANA

Sumaré totaliza dez áreas de risco e tem plano especial contra temporais



Áreas de risco passam a ser monitoradas com prioridade para vistorias, interdições e remoções preventivas

Cidade colocou em vigor Plano de Contingência para enfrentar tempestades e eventos extremos, definiu protocolos de prevenção e resposta e fará monitoramento constante em áreas mapeadas e consideradas de maior perigo

Sumaré decretou a Operação Chuvas de Verão 2025/2026 e instituiu o Plano de Contingência de Proteção e Defesa Civil para o período. A medida prevê ações integradas de prevenção, monitoramento e resposta a desastres climáticos. A cidade totaliza dez áreas de risco mapeadas e moradores devem ter atenção. Município detalha série de ações e elenca prioridades em meio às chuvas torrenciais. **PÁGINA 03**

Acusado de atirar em grávida e matar bebê vai a júri popular em Nova Odessa

Réu responde por duas tentativas de homicídio qualificado contra gestante e seu companheiro, e por assassinar o bebê que a mulher carregava; crimes aconteceram em 2024, no Jardim São Manoel **PÁGINA 07**

SELO E PRÊMIO



A Secretaria de Educação de Americana confirmou que mais de 12,3 mil alunos da rede municipal entram em férias escolares a partir desta semana. Nas 11 unidades de Ensino Fundamental, as aulas seguem até o dia 15 de dezembro, enquanto as escolas de Educação Infantil — entre creches, EMEIs e Casas da Criança — funcionam até 16 de dezembro. O ano letivo termina com conquistas para Americana: o Selo Ouro do Programa Criança Alfabetizada e o Prêmio Excelência Educacional. **PÁGINA 08**

DADOS DO IBGE



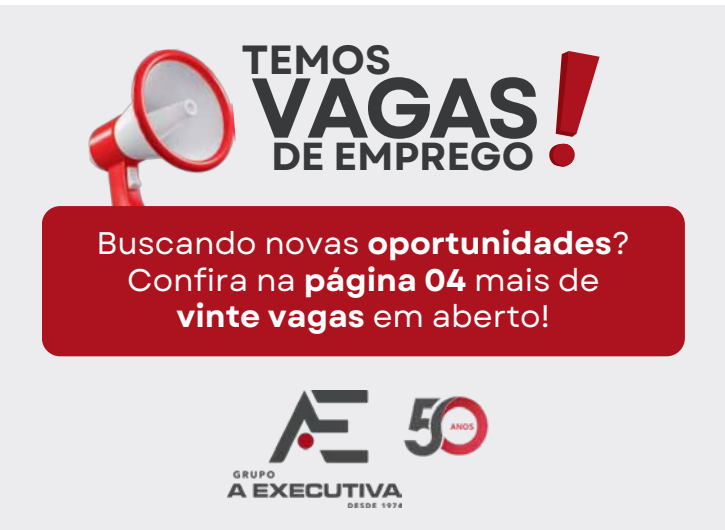
O número de nascimentos em Sumaré apresentou uma das quedas mais expressivas da última década, caindo de 4.035 registros em 2017 para 2.931 em 2024, o que representa um recuo de 27,3% em sete anos, segundo dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). A tendência também aparece na comparação mais recente: entre 2023 e 2024, os nascidos vivos caíram de 3.311 para 2.931, redução de 11,5%. Tal desaceleração tem sido apontada por especialistas como reflexo de mudanças sociais e econômicas que vêm atingindo todo o país. **PÁGINA 09**

CHARGE



AÇÃO POPULAR

Hortolândia suspende licitação para cesta de Natal de servidores **PÁG. 04**



Sumaré ativa plano especial contra chuvas e mapeia dez áreas de risco

Município institui Plano de Contingência para o período crítico de temporais e Comitê de Gestão de Risco envolve todas as secretarias municipais, cada uma com funções específicas; áreas vulneráveis passam a ter atenção especial da gestão

Paulo Medina • SUMARÉ
tribunaliberal@tribunaliberal.com.br

O prefeito Henrique do Paraíso (Republicanos) decretou a Operação Chuvas de Verão 2025/2026 e instituiu o Plano de Contingência de Proteção e Defesa Civil (PCPDC) em Sumaré. O objetivo é reduzir riscos de desastres, proteger vidas e estruturar a resposta do município diante de chuvas intensas e eventos climáticos extremos. Sumaré possui dez áreas de risco que serão alvo de vigilância do poder público.

O plano passa a orientar todas as medidas de prevenção, resposta e recuperação em eventuais ocorrências a partir de agora.

A operação será executada até 31 de março de 2026, com possibilidade de antecipação ou prorrogação conforme as condições meteorológicas.

Pelo decreto, Henrique do Paraíso formaliza o Comitê Municipal de Gestão de Risco e Desastres, composto por representantes de todos os órgãos da administração direta e indireta, incluindo Gabinete do Prefeito, secretarias municipais, Fundo Social de Solidariedade e Polícia Municipal. O Comitê poderá convocar outros setores con-



Prefeitura de Sumaré coloca em vigor plano de retirada preventiva de moradores e alertas sobre o tempo

forme a necessidade, garantindo articulação plena em situações de emergência. O Plano de Contingência está estruturado em quatro níveis operacionais baseados em índices pluviométricos, previsão meteorológica e vistorias técnicas: o estado de observação (até 80 mm de chuva), em que o monitoramento é intensificado; o estado de atenção (a partir de 80,1 mm), quando começam as vistorias de campo; o estado de alerta, que permite remoção preven-

tiva de famílias após avaliação técnica; e o estado de alerta máximo, que determina a retirada total de moradores das áreas consideradas críticas.

Um ponto central do decreto é o reforço sobre as dez áreas de risco identificadas pelo mapeamento do Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT). Entre elas estão pontos no Bairro das Três Pontes, Basilicata, Jardim Nova Terra, Jardim Lúcia, Jardim São Luiz, Vila Diva, Nova Veneza, Jatobá, Jardim Dulce e Jardim

Primavera. Essas regiões passam a ser monitoradas com prioridade para vistorias, interdições, remoções preventivas, demolições de imóveis condenados e ações de mitigação de risco.

O decreto determina ainda que a Defesa Civil publique comunicados diários no portal oficial do município e no Instagram da corporação, garantindo informação constante sobre áreas de risco, avisos de chuva forte, protocolos de prevenção e orientações emergenciais. Cada secre-

taria municipal recebe atribuições específicas para atuar na Operação Chuvas de Verão. A Secretaria de Governo coordena o Sistema Municipal de Proteção e Defesa Civil e organiza o Centro de Operação de Emergência (COE). A Diretoria Executiva da Defesa Civil se torna responsável pela articulação com órgãos estaduais e federais, pela recomendação técnica para decretação de Situação de Emergência ou Estado de Calamidade Pública e pela condução de treina-

mentos e simulados. Secretarias como Obras, Planejamento, Serviços Públicos e Sustentabilidade assumem funções estruturais, voltadas à drenagem, contenção, urbanização segura e recuperação de áreas afetadas. Saúde, Assistência Social e Habitação atuam no suporte às famílias, incluindo operação de abrigos, acolhimento e proteção social. Segurança Pública e Polícia Municipal reforçam a preservação da ordem, interdições, controle de trânsito e amparo às equipes de campo. Finanças viabiliza recursos emergenciais, inclusive com uso da Reserva de Contingência. Educação contribui com ações pedagógicas e disponibilização de unidades escolares como abrigos.

Mobilidade Urbana identifica vias sujeitas a alagamento e coordena medidas emergenciais de tráfego. O decreto também obriga que todos os órgãos envolvidos priorizem o enfrentamento de arboviroses e zoonoses, especialmente diante das condições favoráveis à proliferação de vetores durante o período chuvoso.

Com a publicação do decreto, Sumaré visa um modelo de gestão preventiva, estruturada e integrada, para reduzir danos.



Reduzindo custos das pequenas e médias empresas

Email: drzerocost@gmail.com
Blog: www.drzerocost.com.br

Da porteira para fora (447) A Rua

Um sujeito está sentado no sofá da sala de estar de sua casa, uma residência térrea, porta da sala de frente para a rua, ele pensa nos problemas que está enfrentando na empresa, tantos técnicos como sociais, então, decide pedir ajuda.

O método que ele utilizou, “talvez”, seja pouco convencional, de posse de um megafone potente ele sai à rua e começa a falar em alto e bom som utilizando o instrumento amplificador. A vizinhança toda é testemunha auricular, ouve os problemas, as dificuldades, os segredinhos e ele passa ali 8 horas se expondo, das 150 pessoas que conseguiu atingir, uma, somente uma, se aproxima dele e para um dos temas oferece uma solução, viável ou não, uma solução para um problema específico foi atingida. Ele retor-

na no final da tarde para o seu sofá, satisfeito, uma luz brilhou no final do túnel. Ou não, já que outras 149 pessoas não se manifestaram naquele momento.

Um amigo servidor público que gostou da iniciativa, se apodera de uma caixa de som portátil com microfone e sai pelo bairro divulgando a sua opinião sobre a compra de soluções de tecnologia da informação de multinacionais em detrimento a soberania nacional dos dados. Ele tem fé que sua opinião é livre de vieses, os dados sensíveis devem permanecer em solo nacional: “Ele Brada”, é bom para o país, embora, a tecnologia local esteja alguns anos luz atrás do estado da arte. Não importa, e ele busca com sua voz forte formatar um grupo que irá defender essa bandeira.

Essas duas situações “hipotéticas” parecem pouco prováveis, pessoas capacitadas e de bom senso não saem por aí divulgando problemas ou angariando adeptos para uma causa polêmica a qualquer momento utilizando um megafone.

Agora, pensemos no *prompt* de uma I.A. podemos escrever o que bem entendermos ali e ela irá absorver, é a nossa rua. E, por exemplo, podemos escrever ou mesmo falar sobre temas que estão agrupados oficialmente segundo a literatura atual, quais sejam:

Direct Injection; Inserção direta de comandos maliciosos no *prompt* para forçar o modelo a executar ações não previstas. Podemos explorar lacunas na interpretação literal do texto pelo modelo;

Jailbreak; podemos usar essa técnica para remover ou contornar salvaguardas do modelo, induzindo-o a ignorar restrições de segurança. Ocorre quando o atacante força respostas proibidas ou não alinhadas às políticas de boas práticas;

Manipulação de Contexto; podemos alterar intencionalmente o histórico ou o ambiente de instruções para influenciar indevidamente o comportamento do modelo. Funciona ao plantarmos informações falsas ou enviesadas no contexto prévio;

Bypass de Instruções; podemos utilizar esse método para o modelo ignorar regras ou instruções oficiais (system/developer). Exemplo: reformular pedidos proibidos para parecerem legítimos; e podemos usar conteúdo malicioso,

Conteúdo Malicioso Embutido; escrevendo trechos aparentemente inocentes que carregam comandos ocultos ou instruções perigosas. O objetivo é induzir o modelo a cumprir intenções maliciosas sem perceber o risco.

Mas, convenhamos, a I.A. é inofensiva poucos estão fazendo mal uso dela. Ok, estamos de acordo. E, aí, nos deparamos com a notícia na revista Exame sobre essa rua “pública”:- A Samsung proibiu funcionários de usarem ferramentas de inteligência artificial generativa, como o ChatGPT, Bard, Bing AI em dispositivos corporativos e em redes internas da empresa depois de descobrir que uma equipe inseriu código-fonte confidencial na plataforma. A empresa justificou a proibição com base no risco de que dados transmitidos a essas plataformas ficam armazenados em servidores externos, sem garantia de exclusão ou sigilo. Ou seja, sem querer, querendo, os técnicos foram para a rua e mostraram softwares secretos da Samsung além de pedirem ajuda! Mas, a rua é pública, qualquer um pode escutar o que está sendo falado.

Agora, imaginemos uma situação em que uma organização brasileira de porte médio onde os colaboradores possuem acesso irrestrito à rua a fim de executar suas respectivas consultas e ou mesmo divulgações. A rua não registra histórico, não oferece rastreabilidade e libera os usuários para executar o que lhes interessar. Vamos proibir o uso da rua? Não. Mas, essa rua exige ser regrada. Pelo governo? Também. Mas, principalmente, pelos gestores das empresas usuárias, ou pelo menos, pelos gestores que conseguem antecipar essas dores de cabeça futura.

TRANSPARÊNCIA E LEGALIDADE

Hortolândia suspende licitação para cesta de Natal após ação na Justiça

Decisão foi tomada depois de ação popular questionar legalidade da legislação que autoriza benefício aos servidores municipais; administração afirma que medida é preventiva; Sumaré e Paulínia tiveram benefícios barrados no Judiciário

Paulo Medina • HORTOLÂNDIA
tribunaliberal@tribunaliberal.com.br

A Prefeitura de Hortolândia divulgou nota oficial informando que não realizará, neste ano, a licitação para aquisição da cesta de Natal destinada aos servidores municipais. A decisão ocorre após o ajuizamento de uma ação popular que questiona a constitucionalidade da lei que autorizava a concessão do benefício.

Segundo a administração municipal, a ação judicial abriu um debate sobre a validade constitucional do fornecimento da cesta natalina aos funcionários públicos. Diante disso, o município afirma que optou por suspender o processo licitatório em respeito aos princípios da legalidade, moralidade e impessoalidade, que regem a gestão pública.

A prefeitura reforçou que a medida é preventiva e permanecerá válida até que haja uma decisão judicial definitiva sobre o tema. Enquanto isso, não haverá distribuição de benefício natalino aos servidores neste ano.

A administração municipal pediu compreen-



Licitação não será realizada enquanto não houver decisão judicial definitiva

são aos servidores e reiterou compromisso com a transparência e responsabilidade no uso dos recursos públicos.

“Em respeito à transparência e à legalidade que norteiam a gestão pública, comunicamos que, neste ano, não realizaremos a licitação para aquisição da cesta de Natal destinada aos servidores do municí-

pio. Essa decisão deve-se ao fato de que foi ajuizada ação popular questionando a constitucionalidade da lei municipal que autorizava o fornecimento desse benefício. Em outras palavras, há um debate jurídico em curso sobre se essa previsão de cesta natalina é ou não um direito constitucionalmente válido aos servidores”, informou.

“Diante desse cenário e em observância aos princípios da legalidade, da moralidade e da impessoalidade, optamos por suspender a oferta da cesta até que haja uma decisão judicial definitiva sobre a matéria. Essa medida visa garantir que os atos administrativos permaneçam alinhados às normas vigentes e que não haja qualquer ris-

co de descumprimento legal. Contamos com a compreensão de todos e reforçamos nosso compromisso com a transparência e com a responsabilidade na gestão dos recursos públicos”, finaliza nota.

OUTRAS CIDADES

Em Sumaré, o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJ-SP) julgou procedente a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN) contra a lei do município que autorizava o pagamento de abono natalino em pecúnia aos servidores. A decisão foi proferida pelo Órgão Especial da Corte, com relatoria do desembargador Ademir de Carvalho Benedito.

A ação foi proposta pela Procuradoria-Geral de Justiça do Estado de São Paulo, que questionou a constitucionalidade da Lei Municipal nº 5.821/2015, responsável por instituir o benefício financeiro. Segundo o acórdão, a concessão do abono em dinheiro viola os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade e do interesse público, previstos na Constituição Federal e na Constituição do Estado de São Paulo. De

acordo com o entendimento do Tribunal, vantagens pecuniárias só podem ser concedidas quando atendem efetivamente ao interesse público e às necessidades do serviço, o que não se verificou no caso do abono natalino pago em pecúnia. A Corte também destacou que o benefício possuía natureza de gratificação desvinculada de desempenho funcional, caracterizando favorecimento indevido.

Em Paulínia, a prefeitura confirmou que não poderá conceder o Vale Cesta de Natal após determinação do Tribunal de Justiça. A decisão judicial, que declarou o benefício inconstitucional, impede o município de realizar o pagamento aos servidores já neste fim de ano.

A administração municipal afirmou que cumpre integralmente a ordem judicial e destacou compromisso com a legalidade e a transparência. A suspensão do Vale Cesta de Natal causou grande repercussão entre servidores municipais, que tradicionalmente aguardavam o benefício como apoio financeiro durante o período festivo.

VEÍCULOS DA CIDADE

Hortolândia prorroga campanha de emplacamento e transferência

Da Redação • HORTOLÂNDIA
tribunaliberal@tribunaliberal.com.br

Foi prorrogada até o dia 31 de março de 2026 a “Campanha de Incentivo ao Licenciamento e Transferência de Veículos Automotores”, promovida pela Prefeitura de Hortolândia. Inicialmente, a campanha “Emplaca Hortolândia” se encerraria no dia 31 deste mês, mas teve a data alterada, por meio de um projeto de lei complementar aprovado no Legislativo, sancionado e publicado no Diário Municipal Eletrônico.

A campanha de reembolso permite que a Administração Municipal devol-

va, a pessoas físicas ou jurídicas, valores que vão de R\$ 340,00 a R\$ 748,00, relacionados a despesas de licenciamento ou transferência do veículo automotor ao município.


A medida busca incentivar a transferência de veículos para a cidade. Regulamentada por meio da Lei Complementar 136/23, entrou em vigor em 18 de dezembro de 2023 e, até o envio do projeto à Câmara Municipal, havia recebido 246 pedidos de incentivo. O potencial estimado pela Secretaria de Finanças com relação aos passíveis de transferência era de 57.193 veículos.

Para participar da campanha “Emplaca Hortolândia”, o proprietário precisa fazer a adesão pelo Portal “Fácil Hortolândia”. Uma das condições para receber o ressarcimento, total ou parcial, é comprovar o recolhimento total do IPVA (Imposto sobre Propriedade de Veículo Automotor) já com a placa do veículo transferida para Hortolândia.


O ressarcimento das despesas é aplicado de acordo com o valor venal do veículo.


Ainda de acordo com a Secretaria de Finanças, a campanha não implica em ônus financeiro ou orçamentário ao erário. Conforme esclarece o secretário da pasta, Antonio Agnello Bonadio, muito embora o IPVA seja um tributo estadual, a Constituição Federal determina que 50% de toda arrecadação seja repassada aos municípios, o que resultará em benefícios diretos para a proposição e a realização de políticas públicas no município.

Ainda segundo Bonadio, a prorrogação do prazo vai permitir que os proprietários que transferiram carros para o município em 2025, mas ainda não haviam recolhido o IPVA em Hortolândia, tenham a oportunidade de usufruir do cash-back. Quem já transferiu e pagou o imposto relativo a este ano, já receberá o aviso do IPVA 2026 vinculado a Hortolândia e poderá solicitar o reembolso até março.



TEMOS
VAGAS!
DE EMPREGO





AJUDANTE DE PRODUÇÃO (40 VAGAS)
Não exigimos experiência. Contratamos carteira branca. Para trabalhar de segunda a sexta-feira. Residir em Sumaré, Nova Odessa ou Americana.

AJ. DE CARGA E DESCARGA

AJUDANTE DE COZINHA

AJUDANTE DE EXPEDIÇÃO

AJUDANTE DE MOTORISTA

AJUDANTE DE PRODUÇÃO

AJUDANTE GERAL

ALMOXARIFE

ASSISTENTE FINANCEIRO

AUXILIAR DE ALMOXARIFADO

AUXILIAR DE LIMPEZA

AUXILIAR DE PRODUÇÃO

AUX. DE SERVIÇOS GERAIS

EMBALADOR DE PRODUÇÃO

ENGENHEIRO DE COMPRAS

ESTOQUISTA

GESTOR(A) DE VENDAS

MOTORISTA D

OPERDOR DE MÁQUINAS

PROGRAMADOR DE CNC


SEPARADOR DE MERCADORIAS

TÉC. EM MECATRÔNICA


TORNEIRO MECÂNICO


Envie currículo para: vagas@aexecutiva.com.br
ou acesse nosso site www.aexecutiva.com.br

NOSSAS
SOLUÇÕES




- Trabalho Temporário
- Terceirização de Serviços
- Recursos Humanos





Matriz
Rua 1º de Janeiro, 306 ° Centro - Nova Odessa/SP




(19) 3476.8620

Neste fim de ano, desejamos a você dias mais leves, novos caminhos e um abençoado


2026

Boas Festas e um próspero Ano Novo!


Com carinho e gratidão,




GRUPO
APOSERV
Serviços Previdenciários




(19) 3466.3453




Av. Dr. Eddy de Freitas Crisciuma, 865 – Bela Vista Nova Odessa – SP




@grupoaposerv



(19) 3406.5983



R. Sete de Setembro, 285 Centro – Americana – SP



www.aposerv.com.br

Incêndio em Monte Mor revela falta de segurança e urgência em ampliar lei, diz especialista

Fogo que destruiu dois galpões na cidade expõe brechas na legislação de segurança industrial e reforça alerta de especialistas; ausência de exigências deixa fábricas mais vulneráveis e favorece tragédias

Paulo Medina • MONTE MOR
tribunaliberal@tribunaliberal.com.br

O incêndio que destruiu dois galpões de uma indústria de tapetes higiênicos para pets em Monte Mor reacendeu o debate sobre a fragilidade da proteção contra incêndios no setor industrial. A ocorrência, registrada na madrugada do último dia 4, mobilizou equipes de quatro municípios – Hortolândia, Sumaré, Nova Odessa e Piracicaba – além da Defesa Civil de Monte Mor. Apesar da dimensão do fogo e do colapso das estruturas, não houve vítimas.

As chamas se alastraram por mais de 11 horas devido à grande quantidade de materiais altamente inflamáveis armazenados no local, como celulose, papel e plástico. A operação de combate foi dificultada pela própria natureza dos insumos. Segundo o tenente Pedro Henrique Costa Bernardo, os tapetes possuem alta capacidade de absorção, semelhante à de fraldas, dificultando que a água atingisse o foco do fogo, o que exigiu remoção manual de grandes volumes de material.

O caso de Monte Mor expõe um problema estrutural: a legislação brasilei-



Especialista destaca impacto econômico regional de incêndios industriais como em Monte Mor



FOTOS: DIVULGAÇÃO

ra não obriga todas as indústrias – mesmo as que lidam com materiais de rápida combustão – a instalar sistemas completos de prevenção e combate a incêndios, como sprinklers automáticos.

Marcelo Lima, do Insti-

tuto Sprinkler Brasil (ISB) e especialista em proteção e combate a incêndios, explicou que existe um forte contraste entre as exigências destinadas às edificações comerciais e residenciais e aquelas aplicadas ao setor industrial.

FÁBRICAS DESPROTEGIDAS
“As exigências impostas aos edifícios comerciais são robustas. Porém, quando se fala em indústrias, as exigências são insuficientes. Nem todas as operações fabris são obrigadas a instalar sistemas de sprinklers,

por exemplo. Só haverá proteção maior, se a companhia quiser investir ou se a seguradora exigir. E, para manter esses ambientes seguros, é fundamental que haja alteração nas classificações de risco, pois há fábricas de materiais alta-

mente inflamáveis – como papelão, madeira, alimentos e outros insumos de alta combustão – que estão completamente desprotegidas”, detalha.

O especialista reforça que a ausência de exigências legais para sistemas completos de proteção causa um vácuo regulatório perigoso.

“A falta dessa exigência na legislação abre espaço para ocorrências como o recente grande incêndio que ocorreu em Monte Mor. Felizmente, não houve mortes ou pessoas feridas, mas o prejuízo material, com certeza, foi enorme”, afirma.

IMPACTO ECONÔMICO

Além dos riscos imediatos à vida e ao patrimônio, Marcelo Lima alerta para o impacto econômico que incêndios industriais podem causar em cidades menores.

“Quando um grande incêndio atinge uma indústria que opera em um pequeno ou médio município, muitos empregos podem ser comprometidos pelo impacto monetário que, por consequência, afeta o comércio e a economia local – ciclo que afeta a saúde financeira regional”.

O especialista reforça a necessidade de revisão urgente das classificações de risco e de ampliação da legislação, tornando obrigatória a instalação de sistemas completos de combate a incêndios nas indústrias que lidam com insumos inflamáveis.

“O incêndio de Monte Mor e outras centenas de ocorrências industriais que ocorrem no país evidenciam a necessidade urgente de uma legislação mais ampla para promover a segurança”, alerta.



Curiosidades sobre o Direito

Johnny William Bradley

é advogado sócio proprietário do Vaughan, Bradley & Vulcani Advocacia e Presidente da Comissão de Direito Empresarial da OAB/SP - Subseção de Sumaré.

E-mail: johnny.bradley@hotmail.com - Endereço: Rua Dom Barreto, 1.380, Centro, Sumaré/SP - End.: Rua Dom Barreto, 1.380, Centro, Sumaré/SP | Fones: (19) 2216-2005 – (19) 99700-0079

A farra dos descontos indevidos no INSS: como aposentados vêm sendo lesados e quais são seus direitos

Nos últimos anos, aumentou de forma alarmante o número de reclamações de aposentados e pensionistas do INSS sobre descontos não autorizados em seus benefícios. Associações desconhecidas, clubes de vantagens, seguros, empréstimos não contratados e mensalidades de sindicatos aparecem misteriosamente no extrato de pagamento, reduzindo o valor que o segurado deveria receber. O problema se tornou tão comum que especialistas já apelidaram o fenômeno de “farra dos descontos indevidos”.

COMO FUNCIONAM ESSES DESCONTOS FRAUDULENTOS!

Grande parte dos descontos indevidos tem origem em:

1. Associações e sindicatos não autorizados

Muitos aposentados descobrem que

estão pagando contribuições mensais para entidades às quais nunca se filiaram. Em alguns casos, a cobrança aparece com siglas pouco conhecidas (ANAPP, INFORBEN, ABCPREV, COBAP etc.).

2. Empréstimos consignados que nunca foram contratados

Diversas instituições financeiras realizam empréstimos “fantasmas”, depositando valores pequenos na conta do beneficiário ou até mesmo nem depositando, mas iniciando os descontos na folha.

3. Cartões de crédito consignado (RMC/RCC)

O cartão consignado, frequentemente não solicitado, é uma das fraudes mais comuns. Os segurados pensam que contrataram um empréstimo, mas na verdade recebem um cartão, e o INSS desconta todos os meses o valor mínimo da fatura, gerando dívida interminável.

4. Seguros e serviços de proteção
Cobranças de seguros prestamistas, vida ou serviços de “proteção do idoso” aparecem sem qualquer autorização.

POR QUE ISSO ACONTECE?
Especialistas apontam três fatores principais:

Vulnerabilidade dos idosos, que muitas vezes não têm acesso fácil a informações. Falta de fiscalização adequada sobre associações e clubes de vantagens. Facilidade com que entidades conseguem registrar descontos no sistema do INSS, muitas vezes sem comprovar a autorização expressa do segurado.

O problema se agravou após a digitalização de serviços: golpistas conseguem dados pessoais dos aposentados e utilizam essas informações para fraudar contratos.

QUAIS SÃO OS DIREITOS DOS APOSENTADOS?

Apesar do cenário preocupante, os aposentados têm direitos garantidos pela legislação e podem exigir reparação.

1. Direito à restituição dos valores descontados

A devolução de todos os valores descontados, e em dobro, quando comprovada má-fé da empresa responsável (art. 42 do CDC).

2. Direito de cancelar imediatamente o desconto

O segurado pode cancelar associações, sindicatos e empréstimos não reconhecidos diretamente pelo: Meu INSS (opção “Bloquear/Desblo-

quear consignado”), Central 135, ou Atendimento presencial.

3. Direito de bloquear novos consignados

O aposentado pode bloquear definitivamente a possibilidade de novos empréstimos ou autorizações via Meu INSS, impedindo novas fraudes.

4. Direito de registrar reclamação e denunciar

As principais formas de denunciar são:
✓ Ouvidoria do INSS
✓ Procon
✓ Banco Central (se for empréstimo)
✓ Ministério Público
✓ Delegacia (isso é crime)

5. Direito à indenização por danos morais

Quando há abuso, fraude ou descontos que comprometem a subsistência, a Justiça costuma reconhecer dano moral, que pode gerar indenizações.

CONCLUSÃO

A “farra dos descontos indevidos” não é apenas um incômodo: é um ataque direto à renda de milhões de aposentados brasileiros. A boa notícia é que a legislação oferece proteção e mecanismos eficazes para cancelar descontos, reaver valores e punir empresas que agem de maneira irregular.

Mas a solução definitiva depende de fiscalização mais rígida, transparência no sistema de consignados e maior conscientização dos segurados. Até lá, a orientação é: vigilância constante e ação rápida diante de qualquer desconto desconhecido.

VIGÊNCIA ESTENDIDA

Danilo Barros garante prorrogação do Plano Municipal de Educação até 2026 em Paulínia



Aprovação do projeto garante continuidade do planejamento educacional de Paulínia

Projeto do prefeito aprovado estende plano municipal para evitar lacunas enquanto nova proposta nacional segue em tramitação em Brasília; cidade mantém metas e diretrizes

Paulo Medina • PAULÍNIA
tribunaliberal@tribunaliberal.com.br

O prefeito de Paulínia, Danilo Barros (PL), teve aprovado pela Câmara Municipal, o projeto de lei que prorroga a vigência do Plano Municipal de Educação (PME), instituído por legislação de 2015, até 31 de dezembro de 2026. A medida garante a continuidade do planejamento educacional do município enquanto o novo Plano Nacional de Educação (PNE) segue em tramitação no Congresso Nacional.

No ofício enviado ao Legislativo, o prefeito destacou que o plano municipal é o principal instrumento de planejamento de longo prazo das políticas educacionais da cidade e que sua revisão precisa estar alinhada às diretrizes nacionais. Como o novo plano federal ainda não foi aprovado, não há parâmetros definitivos para orientar a atualização do PME, o que motivou a proposta de prorrogação.

Segundo o documento, “com o intuito de assegurar a coerência entre as metas municipais e as políticas nacionais, bem como evitar lacunas do Plano vi-

gente, propõe-se a prorrogação excepcional de sua vigência até 31 de dezembro de 2026, garantindo a continuidade do planejamento e das ações educacionais do município”, afirmou o prefeito.

O prefeito ressaltou ainda que a União adotou iniciativa semelhante ao prorrogar, por meio da Lei nº 14.934/2024, o Plano Nacional de Educação até 31 de dezembro de 2025. A medida permite que estados e municípios tenham tempo adequado para elaborar seus novos planos com base em indicadores atualizados e com ampla participação social.

Danilo Barros classificou a proposta como “necessária, prudente e alinhada à legislação nacional”, afirmando que a prorrogação assegura a Paulínia condições técnicas e institucionais para construir um novo plano local em consonância com o federal.

Com a aprovação pela Câmara Municipal, o município garante estabilidade às políticas educacionais e a continuidade das metas e diretrizes atuais até a definição do novo marco nacional da educação.

UNIDADES DE SAÚDE

Paulínia começa vacinação em gestantes para proteger bebês contra bronquiolite e pneumonia

Da Redação • PAULÍNIA
tribunaliberal@tribunaliberal.com.br

Paulínia começou a vacinar gestantes contra o Vírus Sincicial Respiratório (VSR) em todas as Unidades Básicas de Saúde (UBSs) da cidade. A imunização garante proteção

para bebês contra o vírus responsável pela maioria dos casos de bronquiolite e pneumonias em crianças menores de dois anos.

O imunizante pode ser aplicado em gestantes a partir da 28ª semana e a orientação do Ministério da Saúde é de dose única,

sem restrição de idade da mulher. A vacina é segura e garante a proteção de bebês a partir da transferência de anticorpos pela mãe.

“Esta vacina será extremamente importante para redução dos casos de bebês com bronquiolite e pneumonias, além de deixar nossas

gestantes mais tranquilas nesse momento tão importante na vida delas”, afirma o prefeito Danilo Barros (PL).

Para se imunizar, a orientação é levar um documento de identificação, a cadereta de vacinação da gestante e o cartão de acompanhamento do pré-natal.



Imunizante pode ser aplicado em mulheres grávidas a partir da 28ª semana de gestação



Tribuna Legal

Andressa Martins

É proprietária e fundadora do escritório Andressa Martins Advocacia, em Sumaré/SP. Graduada em Direito pela Pontifícia Universidade Católica - PUC de Campinas, desde 2006, atua como advogada há mais de 17 anos. Atualmente é Vice-presidente da Comissão de Seguridade Social pela OAB Sumaré.

andressa@andressamartins.adv.br | @andressamartinsadvocacia
End.: Rua Ipiranga, 234, Centro, Sumaré / SP
Fone (19) 3873-5839 / 99177-2504

Câmara avança com projeto que pode reduzir negativas do BPC no INSS

A Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família da Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei 252/2025, que propõe mudanças relevantes na forma como são analisados os pedidos do Benefício de Prestação Continuada (BPC). A iniciativa pretende equilibrar a relação entre o cidadão vulnerável e o Estado, criando mecanismos processuais que podem diminuir o número de indeferimentos administrativos.

INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA EM FAVOR DE IDOSOS E PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

O principal avanço previsto no texto é a possibilidade expressa de inversão do

ônus da prova em favor do requerente do BPC. Na prática, quando o pedido apresentar elementos mínimos de consistência ou quando estiver comprovada a situação de vulnerabilidade econômica, o solicitante não precisará produzir sozinho toda a documentação exigida pelo INSS.

De acordo com nota oficial da Câmara, a relatora da proposta, deputada Clarissa Tércio (PP-PE), defendeu que a medida busca corrigir desigualdades estruturais: muitos idosos e pessoas com deficiência não conseguem reunir os documentos necessários por limitações socioeconômicas, falta de acesso a serviços públicos, barreiras físicas ou dificuldades cognitivas.

A parlamentar destacou, ainda, que a inversão não será automática nem retirar prerrogativas da Fazenda Pública. Ela funcionará como medida excepcional, autorizada somente quando compatível com o caso concreto e com o regime jurídico assistencial vigente.

POTENCIAL IMPACTO NA REDUÇÃO DA JUDICIALIZAÇÃO

Segundo a relatora, a proposta também pode diminuir a judicialização de pedidos do BPC, já que grande parte das ações judiciais decorre justamente da negativa administrativa por ausência de documentos. Ao permitir que o Estado participe de forma mais ativa na comprovação das informações necessárias, o atendimento se torna mais humanizado e alinhado ao princípio da dignidade da pessoa humana.

Com esse reequilíbrio entre administração pública e beneficiários vulneráveis, espera-se que menos famílias tenham seus pedidos negados por dificuldades práticas de obtenção de documentos.

TRAMITAÇÃO E PRÓXIMOS PASSOS

O projeto seguirá agora para análise da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ). Por tramitar em caráter conclusivo, se também for aprovado pela CCJ, poderá avançar diretamente ao Senado Federal, salvo apre-

sentação de recurso para que seja votado em plenário.

QUEM PODE RECEBER O BPC

O Benefício de Prestação Continuada, previsto na Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) e operacionalizado pelo INSS, garante um salário mínimo mensal a dois grupos:

- Idosos a partir de 65 anos;
 - Pessoas com deficiência de qualquer idade, desde que apresentem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, capaz de limitar sua participação social.
- Em ambos os casos, é indispensável comprovar baixa renda familiar, tradicionalmente considerada como até ¼ do salário mínimo por pessoa, podendo haver flexibilização conforme avaliação social ou precedentes judiciais que reconheçam situações de vulnerabilidade.

Também é obrigatório estar inscrito no CadÚnico e manter os dados atualizados. O benefício não exige contribuição previdenciária, não gera pensão por morte e não pode ser acumulado com outros benefícios do RGPS, exceto com o auxílio-inclusão.

Você gostou deste conteúdo? Para mais informações, continue acompanhando nossa coluna semanal. Tenha um excelente domingo!

CASO CHOCANTE

Acusado de balear grávida e matar bebê é levado a júri em Nova Odessa

Homem responde por duas tentativas de homicídio qualificado e homicídio contra o bebê; os crimes ocorreram em maio de 2024, no Jardim São Manoel, em frente à residência das vítimas; companheiro da grávida também foi baleado

Paulo Medina • NOVA ODESSA
tribunaliberal@tribunaliberal.com.br

A Justiça de Nova Odessa decidiu que o homem acusado de atirar contra uma gestante de nove meses e seu companheiro em Nova Odessa irá a júri popular. A decisão da juíza Michelli Vieira do Lago Ruesta Changman, da 2ª Vara Judicial da cidade, pronunciou o réu por duas tentativas de homicídio qualificado contra a grávida e seu companheiro, e por homicídio contra o bebê que a mulher carregava no ventre e que acabou morrendo após o ataque.

O crime ocorreu em 2 de maio de 2024, na Rua Vitério Crispin, no Jardim São Manoel. Segundo o processo, a mulher, grávida de aproximadamente 38 semanas, estava sentada na frente de casa ao lado do marido e do cunhado, tomando uma bebida e conversando, quando o acusado passou diversas vezes de motocicleta em frente ao imóvel. Em um desses retornos, já a pé e armado com um rifle calibre .22, ele se aproximou e efetuou de quatro a cinco disparos na direção da vítima, atingindo-a em várias partes do corpo.

Em juízo, ela relatou que foi baleada na cintura, pulmão, braço, quadril e lateral da perna, contabilizando seis perfurações. Ela contou que, ao perceber os tiros, tentou entrar em casa, com medo de cair sobre a barriga, mas perdeu parte das lembranças a partir desse momento. Na época, estava com 38 semanas de



Em juízo, réu admitiu ter efetuado disparos, mas alegou que queria apenas 'assustar' casal

gestação. O bebê chegou a nascer, mas, conforme laudo médico, nasceu sem sinais vitais, foi reanimado e levado à UTI neonatal, onde apresentou quadro grave de lesão hipóxico-isquêmica (falta de oxigênio), vindo a falecer pouco depois.

A vítima também afirmou que o acusado chegou a dizer, durante o ataque, a frase “você acabou com a minha vida”, reforçando, em sua visão, a ideia de vingança. Ela contou ainda que o réu passava com frequência em frente à re-

sidência, que sabia da gravidez e que, dias antes do crime, ouviu disparos na rua de trás. Para a vítima, a motivação teria relação com o fato de ela ter defendido a amiga e ex-companheira do acusado, em episódios anteriores.

O companheiro da vítima confirmou em juízo que, naquela noite, estava em casa com a esposa e o irmão, em seu dia de folga, bebendo na calçada. Ele relatou que o réu passou algumas vezes de modo pelo local e, em seguida, se aproximou a pé, arma-

do. O marido da gestante disse que ouviu a companheira comentar que achava ter levado um tiro e, na sequência, viu o acusado apontando a arma em sua direção. Segundo o relato, a arma travou, o que impediu novos disparos, momento em que ele reagiu: pegou um tijolo ao lado de uma árvore e partiu na direção do atirador, iniciando uma luta corporal.

Ele relatou ainda que, durante a briga, o réu repetia que eles haviam acabado com sua vida. O homem afirmou que conse-

guiu desferir golpes com capacete contra o acusado e impedir que ele retomasse a bolsa de motoboy, enquanto tentava socorrer a esposa, caída no chão. O réu, segundo o marido da vítima, ainda subiu na motocicleta e ficou dando voltas na rua antes de deixar o local, até ser posteriormente contido e encaminhado às autoridades.

ADMITIU TIROS

Em suas declarações, o acusado admitiu o disparo de arma de fogo, mas disse que sua intenção era “apenas assustar” o casal, negando vontade de matar. Ele contou que é motoboy há mais de cinco anos, usuário de maconha e álcool, com histórico de consumo excessivo de bebida e uso de medicamento controlado. Admitiu antecedentes por furto em 2015 e envolvimento em outra investigação em 2023. O réu afirmou que teria adquirido o rifle .22 na praça do Jardim Alvorada, alegando que sofria ameaças, embora não tenha registrado boletim de ocorrência.

DINÂMICA DO CRIME

Sobre a dinâmica do crime, declarou que desceu da moto, montou a arma e realizou de quatro a cinco disparos, a uma distância de cerca de 15 a 20 metros, justificando que estava embriagado, possuía visão monocular e não enxergava bem quantas pessoas estavam no local. Reiterou que achava estar atirando na ex-companheira e que não sabia da gestação da mulher, versão que con-

trasta com o relato da vítima, que afirma que a gravidez era visivelmente aparente e conhecida na vizinhança.

Vizinhas e demais testemunhas ouvidas em juízo confirmaram que a mulher estava grávida, que o réu passava com frequência em frente à residência e que ouviram os disparos na madrugada do crime. Já a ex-companheira do acusado relatou ter mantido relacionamento de cerca de dois anos com ele, com quem teve um filho. Ela o descreveu como ciumento e controlador, e afirmou que ele culpava a vítima e o marido pelo fim do relacionamento, dizendo que eles haviam “acabado com a sua vida”. Na visão dela, o ataque teria sido uma forma de atingi-la indiretamente, mirando pessoas do seu círculo próximo.

Policiais que atenderam à ocorrência também foram ouvidos. Um investigador relatou que o réu se apresentou espontaneamente na delegacia após o crime, já ferido por uma queda na fuga, e foi mantido sob custódia da Guarda Municipal. No local dos fatos, a perícia recolheu uma carabina calibre .22, com capacidade para 8 a 10 disparos, compatível com o número de tiros relatado pelas vítimas. Outros agentes de segurança confirmaram a dinâmica da ocorrência, o socorro às vítimas e a gravidade do quadro da gestante, que precisou ser transferida ao Hospital Estadual Sumaré (HES) devido à extensão dos ferimentos.

Médica afirma que bebê chegou ao HES com parada cardiorrespiratória

A médica ouvida como testemunha explicou que o bebê chegou ao hospital em parada cardiorrespiratória, foi reanimado e encaminhado à UTI neonatal, mas apresentou quadro grave de sofrimento por falta de oxigênio logo na primeira hora de vida, vindo a óbito apesar das medidas intensivas.

Por conta do conjunto de provas, a juíza entendeu que há materialidade do crime — comprovada por laudos médicos, necroscópico e balístico — e indícios suficientes de autoria que justificam o envio do caso ao Tribunal do Júri, órgão competente para julgar crimes dolosos contra a vida. A decisão de pronúncia não

condena o réu, mas afirma que há elementos para que um corpo de jurados, composto por cidadãos, analise os fatos em plenário e decida sobre culpa ou inocência, além de eventual dosimetria da pena.

Na decisão, a magistrada ressalta que o juiz, nesta fase, faz apenas um “juízo de admissibilidade da

acusação”, sem aprofundar o exame das provas, justamente para preservar a competência do Conselho de Sentença. Ela afastou teses de absolvição sumária, impronúncia ou desclassificação — como pretendia a defesa, que alegava insuficiência probatória e ausência de dolo de matar — entendendo que es-

sas discussões devem ser levadas ao julgamento do júri popular.

PRISÃO PREVENTIVA

A juíza também decidiu manter a prisão preventiva do réu. Ela considerou que o crime imputado é de “extrema gravidade”, envolvendo disparos de arma de fogo contra

uma mulher grávida e seu companheiro, em contexto de vingança e premeditação, com morte do bebê. O processo deverá ser redistribuído para a 1ª Vara Judicial de Nova Odessa, responsável pelo Tribunal do Júri, onde será designada a data do julgamento. Até lá, o réu segue preso preventivamente. | Paulo Medina

'DE ONDE VEM?'

Projeto leva educação alimentar para Nova Odessa e é finalista em competição nacional

Da Redação • NOVA ODESSA
tribunaliberal@tribunaliberal.com.br

O projeto “De Onde Vem?”, desenvolvido pelo Setor de Alimentação Escolar de Nova Odessa, está entre os finalistas da 7ª Jornada de Educação Alimentar e Nutricional de 2025, promovida pelo FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação). A iniciativa mobilizou professores, merendeiras, estagiários e produtores rurais em um trabalho

de conscientização com alunos da rede municipal. Realizado nas EMEBs José Mário de Moraes e Alzira Ferreira Delegá, o projeto já garantiu às escolas certificados e o selo oficial de participação. O resultado final da Jornada será divulgado em janeiro de 2026.

De acordo com as nutricionistas Juliana Pissaia Savitsky e Camila Frederico Oliveira, criadoras do projeto, entre fevereiro e novembro, estudantes de 2 a 10 anos participaram

de uma série de atividades imersivas, como visitas a hortas, propriedades rurais, fazendas de leite e avicultura. Também foram realizadas oficinas culinárias, peças teatrais, implantação de hortas escolares e ações educativas sobre a origem dos alimentos.

O “De Onde Vem?” conta com o apoio de profissionais da rede municipal, estagiários, pesquisadores e agricultores. O objetivo é aproximar os alunos do campo, valorizar a agricul-

tura familiar e estimular a adoção de hábitos alimentares saudáveis desde a infância. Além de fortalecer a integração entre escola, comunidade e os produtores locais, o projeto também cria uma rede de apoio à educação nutricional.

“Nosso desejo é mostrar às crianças a origem dos alimentos que consomem, valorizando a agricultura familiar e fortalecendo a consciência sobre alimentação saudável”, afirmou a nutricionista Juliana.

A FUNDAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DA UNICAMP - FUNCAMP torna pública a abertura de inscrições para os processos seletivos:

- Edital 165/2025
NUTRICIONISTA
- Edital 166/2025
FARMACÊUTICO
- Edital 167/2025
TÉCNICO EM IMOBILIZAÇÃO ORTOPÉDICA
- Edital 168/2025
COZINHEIRO
- Edital 169/2025
AUXILIAR DE LIMPEZA

Para visualizar o edital, acesse:
www.funcamp.unicamp.br

Assine o Newsletter Grátis e receba e-mails sobre os editais de seu interesse.

DESTAQUES NA EDUCAÇÃO

Americana libera 12,3 mil alunos para férias após ano marcado por premiações

Estudantes da rede municipal de ensino iniciam período de férias no dia 15 de dezembro com avanços reconhecidos pelo Selo Ouro do Programa Criança Alfabetizada e Prêmio Excelência Educacional pelo desempenho em ler e escrever

Paulo Medina • AMERICANA
tribunaliberal@tribunaliberal.com.br

A Secretaria de Educação de Americana confirmou que mais de 12,3 mil alunos da rede municipal entram em férias escolares a partir desta semana. Nas 11 unidades de Ensino Fundamental, as aulas seguem até o dia 15 de dezembro, enquanto as escolas de Educação Infantil — entre creches, EMEIs e Casas da Criança — funcionam até 16 de dezembro. O ano letivo termina com conquistas para Americana: o Selo Ouro do Programa Criança Alfabetizada e o Prêmio Excelência Educacional.

O secretário de Educação, Vinicius Ghizini, destacou que o encerramento de 2025 é marcado por conquistas que reforçam a qualidade da rede municipal. Segundo ele, os resultados obtidos neste ano refletem o trabalho contínuo de professores, gestores, equipes técnicas e parceiros da Educação.

“Os constantes esforços da rede nos levaram a conquistar dois grandes reconhecimento em 2025: o Selo Ouro do Programa Criança



Rede municipal fecha ano letivo com 12,3 mil estudantes entrando em recesso na cidade

ça Alfabetizada e o Prêmio Excelência Educacional, que premiam municípios que se destacam na alfabetização. Esses resultados comprovam o sucesso das políticas públicas adotadas pela administração Chico Sardelli e Odir Demarchi e demonstram o carinho com a nossa Educação”, afirmou o secretário.

A rede atende atualmente cerca de 5,7 mil crianças na Educação Infantil e 6,6 mil estudantes no Ensino Fundamental, distribuídos entre CIEPs, CAIC e Escolas Municipais de Ensino Fundamental (EMEFs).

Americana conta atualmente com 11 escolas de Ensino Fundamental, 16

Casas da Criança, oito creches, 15 EMEIs e o Centro Municipal de Educação do Autista “Tempo de Viver”.

Além da estrutura própria, o município mantém parceria com instituições filantrópicas e escolas conveniadas por meio do programa Creche Para Todos, garantindo vagas adicionais e ampliando

o acesso ao atendimento educacional.

REPASSE MAIOR

No final de julho, o governo Chico Sardelli aumentou o valor de repasse às entidades filantrópicas e escolas parceiras da educação municipal de Americana, responsáveis pelo atendimento de 2 mil

crianças em vagas de creche em período integral. O reajuste concedido foi superior a 12% para o atendimento de crianças de berçário 1 e maternal 1 e 2.

O crédito com reajuste já ocorreu em setembro. Para o atendimento de crianças de 1 ano e um mês a 4 anos incompletos, em período integral, o valor repassado mensalmente passou de R\$ 665,57 para R\$ 750,00 por matrícula. O valor mensal referente ao atendimento de bebês de até um ano, em período integral, foi mantido em R\$ 907,60 por criança. O repasse mensal a entidades parceiras que atendem crianças com deficiência com vaga em creche permanece em R\$ 1.331,15 por atendimento.

O período de descanso dos estudantes encerra um ano que consolidou Americana no cenário educacional do Estado. Segundo a Secretaria de Educação, as conquistas reforçam o compromisso com a alfabetização, com a inclusão e com a melhoria contínua da aprendizagem. As atividades escolares serão retomadas em fevereiro, com novos projetos e metas para 2026.

PATRIMÔNIO E HISTÓRIA

Monte Mor inaugura segundo museu e marca nova fase cultural na cidade



Município celebra novo museu como marco na valorização do patrimônio local

Da Redação • MONTE MOR
tribunaliberal@tribunaliberal.com.br

A Prefeitura de Monte Mor inaugura no próximo dia 17 de dezembro, às 15h, o MEA 2 – Museu Elisabeth Aytai 2, que ampliará o acesso da população à memória, ao patrimônio e às expressões culturais da cidade. Localizado no Centro Histórico, o novo espaço reforçará o compromisso do município com a preservação da identidade local

e a modernização dos equipamentos culturais.

Instalado em um edifício público histórico, o MEA 2 oferecerá um ambiente acessível e estruturado para receber exposições de curta e longa duração, ações educativas e diferentes atividades culturais. A proposta será proporcionar experiências mais sensíveis, inclusivas e acessíveis, aproximando ainda mais moradores e visitantes da história de Monte Mor.

A partir de janeiro de 2026, o museu passará a funcionar com horário ampliado, de quinta a domingo, incluindo abertura pela manhã aos finais de semana. Também haverá agendas especiais voltadas para escolas, grupos de estudo e visitas educativas programadas.

Enquanto isso, o MEA 1 entrará em uma nova fase após sua aprovação como Museu de Salvaguarda Arqueológica. O espaço

será destinado ao Centro de Pesquisa Histórica e Arqueológica de Monte Mor, oferecendo condições mais adequadas para conservação de acervos, estudos especializados e produção de conhecimento científico no município.

A inauguração do MEA 2 representará a expansão física e conceitual das políticas culturais conduzidas pela prefeitura, sob a gestão do prefeito Murilo Rinaldo (PP).



ALMANAQUE SERTANEJO

Diego Vivan
e-mail: diego.vivan@gmail.com

Gusttavo Lima é garoto propaganda de empresa de Elias Fausto

Há uma década oferecendo hambúrgueres de qualidade na mesa dos brasileiros, a Brasa é referência de norte a sul do Brasil. O “Embaixador”, Gusttavo Lima, um dos maiores e melhores cantores da música brasileira foi conquistado pela marca e agora também leva o seu título para representar uma das maiores empresas de alimentos do Brasil.

A Brasa possui uma linha de delícias de alto nível e sabor incomparável que vão desde hambúrguer tradicional e gourmet, almôndega tradicional e gourmet, kibe, pão de queijo, calabresa, bacon e carne moída com sabores incomparáveis.

A Brasa nasceu em Elias Fausto, cidade do interior do Estado de São Paulo, com o objetivo de produzir os melhores hambúrgueres para a Croissant & Cia, a outra empresa de sucesso do grupo e para distribuidores e lanchonetes de todo o Brasil. A empresa alimenta hoje milhões de pessoas por dia, com um portfólio de produtos que cresce na mesma medida da preferência de seus consumidores.

De origem familiar, a Brasa é uma das principais empresas de food service do Brasil, contando com mais de 700 distribuidores em todo território nacional. Através da qualidade de seus hambúrgueres, mantendo o sabor e

seu formato original, desde a fabricação até a finalização, a Brasa conquista cada vez mais os lancheiros, lanchonetes e as casas das famílias brasileiras.

Para garantir uma entrega segura para o consumidor e dentro da legislação das autoridades sanitárias, as instalações da fábrica são totalmente adequadas, os ingredientes selecionados, analisados e classificados de acordo com as normas de controle Federal. A carne é de gado 100% saudável e monitorada desde o nascimento. A empresa possui uma logística reconhecida por ser sinônimo de pontualidade, velocidade e qualidade na entrega.

A Brasa emprega centenas de funcionários de forma direta e indireta, movimentando a economia do país na geração de empregos, transformando e valorizando a vida de seus colaboradores. A empresa também estimula ações culturais e esportivas através de incentivo e apoio. É uma grande responsabilidade e igualmente uma grande satisfação por



que tudo isso é feito com amor.

Empenhada com iniciativas ambientais, a Brasa implementou uma área ambiental com árvores nativas e frutíferas e um córrego com a nascente preservada. O calor gerado pela climatização aquece a água que higieniza ambientes, materiais e pessoas. A água é tratada antes de ser devolvida ao sistema hídrico, com o grau de pureza aferido. A iluminação da área produtiva usa LED, reduzindo em até 80% o consumo de energia. Todas as embalagens de matéria-prima são destinadas à reciclagem.

Tomada pelo amor e dedicação que fizeram a Brasa ser referência nacional, a empresa segue empenhada em crescer ainda mais, sempre atendendo de forma exemplar e com total eficiência seus clientes e colaboradores. Brasa é outro nível!

Para mais informações e conhecer um pouco mais dos produtos da Brasa visite <https://brasa.com.br/> / <https://www.instagram.com/brasa.oficial/>.

ESTATÍSTICAS OFICIAIS

Em sete anos, número de nascimentos registra redução de 27,3% em Sumaré

Cidade passa por queda acentuada na quantidade de nascimentos entre 2017 e 2024, caindo de 4.035 para 2.931; entre 2023 e 2024, município anotou recuo de 11,5% no total de nascidos vivos, de acordo com pesquisa divulgada pelo IBGE

Paulo Medina • SUMARÉ
tribunaliberal@tribunaliberal.com.br

O número de nascimentos em Sumaré apresentou uma das quedas mais expressivas da última década, caindo de 4.035 registros em 2017 para 2.931 em 2024, o que representa um recuo de 27,3% em sete anos, segundo dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). A tendência também aparece na comparação mais recente: entre 2023 e 2024, os nascidos vivos caíram de 3.311 para 2.931, redução de 11,5%. Tal desaceleração tem sido apontada por especialistas como reflexo de mudanças sociais, culturais e econômicas que vêm atingindo todo o país. Segundo estudiosos, as mulheres, especialmente em São Paulo, têm priorizado a formação acadêmica e a estabilidade financeira. Há também a influência da maternidade tardia, do aumento do custo de vida, das transformações no mercado de trabalho e da ampliação do acesso a métodos con-



Fatores como escolarização feminina, mudanças econômicas e maternidade tardia influenciam números

traceptivos e informações de saúde reprodutiva, fatores amplamente reconhecidos em pesquisas nacionais. O comportamento demográfico da cidade também aparece em outros indicadores. O número de divórcios caiu 10,8% em Sumaré, passando de 908 em

2023 para 810 em 2024, enquanto os casamentos aumentaram 1,3%, subindo de 1.663 para 1.684 no mesmo período. Já as mortes naturais cresceram 7,9%, passando de 1.548 para 1.671 entre 2023 e 2024 — crescimento que acompanha o enve-

lhecimento da população e o aumento da expectativa de vida. A combinação de menos nascimentos, mais óbitos e oscilações nos vínculos conjugais aponta para um quadro de transição demográfica semelhante ao observado em diversos mu-

nicípios paulistas. Os dados locais acompanham tendências reveladas pelo IBGE em seu levantamento nacional das Estatísticas do Registro Civil. Em 2024, o Brasil registrou 2.376.901 nascimentos, queda de 5,8% em relação a 2023 — o sexto recuo conse-

cutivo desde 2019. O Sudeste, onde está Sumaré, apresentou diminuição de 6,3%, uma das maiores do país. No mesmo período, o país registrou 428.301 divórcios, baixa de 2,8% na comparação com o ano anterior. Especialistas do instituto afirmam que oscilações nos divórcios podem ser cíclicas, mas a tendência geral é de estabilidade, com mudança no perfil das famílias e maior adesão à guarda compartilhada. Já os casamentos civis tiveram aumento tímido de 0,9% no Brasil, porém ainda não retomaram os patamares pré-pandemia. Em síntese, o cenário de Sumaré, marcado por menos nascimentos, menos divórcios, mais casamentos e mais mortes naturais, reflete transformações sociais profundas observadas em todo o país: famílias menores, casais com menos filhos e decisões reprodutivas mais tardias, influenciadas por escolarização, mercado de trabalho, custos de criação dos filhos e expectativas de vida.

NA NISFRAM



Espectáculo lúdico e inclusivo celebra imaginação e fantasia

Projeto ‘Semeando Arte Circense’ apresenta espetáculo em Sumaré

Da Redação • SUMARÉ
tribunaliberal@tribunaliberal.com.br

No próximo dia 19 de dezembro, o público de Sumaré poderá se encantar com o espetáculo “Um Sonho Chamado Circo”, uma apresentação gratuita que convida crianças, adolescentes e suas famílias a mergulharem em um universo vibrante, cheio de cores, risos e possibilidades. As sessões acontecem em dois horários (17h30 e

19h30), na NISFRAM, que fica na Rua Manoel Vitor Diniz, 345, no Bom Retiro. O evento gratuito e acessível à Pessoas Com Deficiência (PCDs), é viabilizado pelo PRONAC. Inspirado no universo circense, o espetáculo mistura fantasia e realidade, levando cada criança a despertar dentro de um sonho colorido. Nesta apresentação, cada gesto, cada número e cada personagem representa

um pedaço desse sonho que se torna real diante do público. O palco se transforma em picadeiro e o picadeiro vira um universo de encantamento, criatividade e alegria. As crianças não apenas interpretam: elas vivem o sonho, colorindo tudo com sua presença, energia e espontaneidade. E o público é convidado a entrar nessa atmosfera mágica onde o circo, com sua poesia própria, encontra abrigo no olhar de cada um.

Ao criar um ambiente envolvente e acolhedor, “Um Sonho Chamado Circo” reforça o valor do lúdico e da convivência criativa, proporcionando um momento único de celebração e conexão com a cultura. O “Semeando Arte Circense” é viabilizado por meio da Lei de Incentivo à Cultura, com patrocínio da ADERE, produção da AH7 Gestão Cultural em parceria com a Villa7 Cultura e apoio da NISFRAM.



Nutrição além do prato

Marina Rocha Luciano

É nutricionista clínica esportiva, formada pela UNICAMP (Universidade de Campinas) e com pós-graduação pela USP (Universidade de São Paulo). Atua com foco na promoção da saúde e qualidade de vida, melhora da composição corporal e da performance esportiva. Por meio de uma nutrição com propósito, respaldada na ciência, busca promover autonomia alimentar com estratégias individualizadas, eficazes e sustentáveis. Atende na clínica Centerclin, em Sumaré.

Projeto Vida: Saúde e equilíbrio o ano todo

O final do ano é um período marcado por celebrações, encontros familiares e festas. Para muitos, ele também traz reflexões sobre hábitos, corpo e saúde. É comum ouvir frases como “Vou começar a dieta no ano que vem” ou “Preciso me preparar para o projeto verão”. Esses pensamentos refletem uma visão muito comum: encarar a alimentação e o exercício físico como esforços pontuais ou restritivos, que devem ser ativados apenas em mo-

mentos específicos. Mas será que essa abordagem realmente gera resultados duradouros e bem-estar? A saúde não depende de ações isoladas ou temporárias, mas da constância. Alimentar-se de forma equilibrada, combinando prazer e adequação nutricional, junto com a prática regular de exercícios físicos, gera efeitos acumulativos que vão muito além do que qualquer esforço de curto prazo. Ter hábitos consistentes ajuda na prevenção de doenças, melhora da

função metabólica e na sensação geral de disposição e bem-estar. Além disso, o aspecto emocional e o prazer na alimentação e no movimento são fundamentais. Sentir satisfação com o que comemos e com a atividade física que praticamos aumenta a probabilidade de manter esses hábitos de forma duradoura. É essa relação positiva que transforma a alimentação e o exercício em parte da nossa rotina, e não em momentos de obrigação ou culpa. No final do ano, é comum surgirem pensamentos de “tudo ou nada”, aquela ideia de jogar tudo para o alto e retomar no início do ano seguinte. Nesses momentos, é importante perceber que os hábitos já estabelecidos e positivos podem ser somados às exceções. Manter a base do cuidado consigo mesmo torna os momentos de celebração mais equilibrados. Beber uma quantidade adequada de água, cerca de 35 ml por quilo de peso, consumir de duas a três porções de frutas por dia, incluir legumes, verduras e vegetais nas refeições, tentar descansar bem e manter o corpo em movimento são práticas que, mesmo durante festas, contribuem para um equilíbrio muito mais positivo. Quando entendemos a alimentação e o movimento como parte de um projeto para a vida, e não como medidas tem-

porárias, conseguimos aproveitar os momentos festivos sem culpa. O conceito de “projeto verão” coloca o foco apenas na estética e cria pressão desnecessária. Em contraste, um “projeto vida” prioriza o bem-estar integral: alimentação de qualidade, atividade física prazerosa e equilíbrio emocional. Essa abordagem valoriza a saúde como um processo contínuo, e cada escolha positiva soma para resultados duradouros. O convite neste final de ano é transformar pequenas ações de cuidado em hábitos constantes, combinando a base saudável com os momentos de exceção. O prazer que sentimos ao comer bem, ao nos movimentar e ao cuidar de nós mesmos, aliado à consistência, é o que garante resultados duradouros. Cultivar essa mentalidade permite que, mesmo nos períodos de celebração, seja possível equilibrar prazer, bem-estar e saúde. Em resumo, não se trata de esperar pelo início do ano para começar a cuidar de si. Trata-se de reconhecer que cada escolha conta, que o prazer e a constância caminham juntos, e que a saúde é um projeto contínuo. Faça do cuidado consigo mesmo uma prioridade diária e veja como, mesmo nos momentos de festa, você consegue manter equilíbrio e bem-estar ao longo de todo o ano.

História em Conta-Gotas 54

ALAERTE MENUZZO E ULISSÉS PEDRONI

O tropeiro Wadih Jorge Maluf

Wadih Jorge Maluf nasceu no Líbano em 1902. Veio para o Brasil em 1911 com seu pai, Jorge Antônio Maluf. Junto com seu irmão Abraão adotaram a profissão de tropeiros.

A figura de “tropeiros” era comum nessa época em que não existiam estradas pavimentadas, nem veículos apropriados para transporte de mercadorias do campo para as cidades ou à exportação para outros países. Nessa situação, o gado era praticamente o único meio de transporte. Wadih era procurado pelos cafeicultores, cotonicultores, e pela lavoura canavieira.

Necessitava-se de animais e urgia busca-los mais longe; nos sertões mineiros, em Mato Grosso, no Rio Grande do Sul - lá ia Wadih e seu irmão Abraão em busca de “tratores” da época para as terras paulistas. Durante o segundo conflito mundial colocou seus préstimos a serviço do esforço e da guerra.

A construção de estradas pavimentadas e vias férreas acabou com a figura dos tropeiros. Wadih estabeleceu-se em Sumaré, onde passou a viver de corretagens de imóveis, com a esposa Rosa Maluf e as filhas Maiba Aparecida Maluf e Inês Benedita Maluf.



Família Wadih Jorge Maluf

Figurinhas da Liga Americanense de Futebol

As figurinhas mostradas nesta foto fazem parte do álbum publicado na década de 1950 pela Liga Americanense de Futebol. A maior parte desse álbum, que faz parte do acervo da Associação Pró-Memória, mostrava os jogadores que participavam do campeonato promovido pela Liga, com times de Americana, Nova Odessa e de nossa cidade - o Clube Recreativo Sumaré.

Também tinha páginas de Basquetebol e Tênis Mesa. Neste último esporte tinha uma página de Sumaré, com os jogadores do Clube Recreativo Sumaré. As estampas tinham a numeração de 49 a 57, com o respectivo nome do atleta. Eram eles: 49 – Rodolfo Fortes D’Almeida e Silva; 50 – Gino Giometti Filho (Fú); 51 – Dênis Escalhão; 52 – Osvaldo Clemente (Tuca); 53 – Edmar Matosinho; 54 – Alécio Milan (Lé); 55 – Norberto Fávero; 56 – Jurandir Fabbri; 57 – Luiz José Duarte Neto (Lôí).

Fontes: Acervo da Associação Pró-Memória de Sumaré



Figurinhas da LAF

Associação Pró-Memória de Sumaré

Temos um acervo de aproximadamente 250.000 e documentos e 150.000 fotos. Se tiver interesse em preservar as fotos de sua família ou publicá-las, dirija-se ao Centro de Memória. Estudantes, professores, pesquisadores e população em geral são sempre bem-vindos. A Associação Pró-Memória é uma entidade particular, sem fins lucrativos. Se você quiser ajudá-la a se manter ou ampliar suas atividades, torne-se um sócio. Custa R\$ 30,00 por mês. Por conta disso, você recebe todas as publicações semanais da Pró-Memória.

Praça da República, nº 102, Centro, Sumaré/SP
F: (19) 3803-3016
promemoriasumare@gmail.com

VETERANOS DE SUMARÉ



Equipe de Veteranos de Sumaré, provavelmente do Esporte Clube Sumaré, que chegou a disputar campeonato profissional da Federação Paulista de Futebol, vestindo uniforme semelhante ao Corinthians da capital. Identificamos as seguintes pessoas na foto, inicialmente de pé, da esquerda para a direita: Rubens Quaglio, Benedito Sampaio, Silvio Coltro, Facchini, Cabra, Aranha e José Antônio Hespagnol (Zézo). Agachados, na mesma ordem: Nelson Coltro, Álvaro Guedes (Esquerdinha), Ivan Carrara, Arnaldo Tomazin (Nardo) e Vanderlei Hartgers.

SUMARÉ – VISTA AÉREA



Fotografia aérea de Sumaré, da década de 1960. A rua que vemos em primeiro plano é a Dom Barreto. Mais ao fundo dá para ver a Igreja Matriz de Sant'Ana, com as árvores da Praça da República na frente.

No lado direito vê-se a Avenida Rebouças, com uma parte apenas pavimentada. Mais ao fundo, no alto, o balão da Praça das Bandeiras e mais adiante o terreno vago que mais tarde abrigaria a indústria R.G. Camargo. Na parte inferior da foto, um pouco à direita, o prédio do Fórum, ainda em construção.

CARLOS DEDONA

Carlos Dedona, que vemos na foto, nasceu no dia 20 de agosto de 1928, filho de Thomaz Didona e Amabile Panzan Dedona. Foi casado com Anna Aparecida Bianco Dedona, com quem teve cinco filhas: Gisela Bianco Dedona Breno, Mirela Bianco Dedona, Mariela Bianco Dedona Particelli, Ana Carla Bianco Dedona e Fábria Bianco Dedona.

Carlos, ou “Carlito”, foi industrial do ramo têxtil. Foi também Diretor-Presidente do jornal “Tribuna da Cidade”, Presidente do Clube Recreativo Sumaré em dois mandatos e candidato a vereador na eleição de 1966. Faleceu no dia 26 de fevereiro de 1979.



TONINHO BASSO



Antônio Lindo Basso, conhecido como Toninho, foi uma pessoa popular na cidade – era taxista. Filho de Hércules Basso e Angelina Ravagnani Basso, era casado com Sirley Perissinoto Basso. No registro, Toninho veste a camisa da Associação Atlética Alvorada, que tinha se sagrado campeã municipal de futebol em 1964. O registro foi feito no antigo Estádio Luiz Frutuoso.

GRUPO ESCOLAR DE REBOUÇAS



Fotografia da década de 1940, mostrando um grupo de professoras do Grupo Escolar de Rebouças. A ocasião provavelmente era de um 7 de Setembro, por causa das bandeiras empunhadas por três alunos. Neste registro reconhecemos apenas uma pessoa – o menino da esquerda, que é Wilson Fávero.

HAMILTON CAVIOLLA



Hamilton Caviolla é a segunda pessoa da esquerda para a direita. Era Delegado de Polícia – o único do município. Dava expediente no antigo Posto Policial, na Praça da República. Doutor Hamilton, como era chamado pela população, morava com a família em nossa cidade e participava regularmente de todas solenidades promovidas pela Prefeitura Municipal. A foto mostra uma delas, acontecida no Governo de João Smânio Franceschini (1967 a 1969). Ulisses Pedroni está à sua direita. Na sequência, no lado direito vemos: João Smânio Franceschini, José Pereira, Leandro Franceschini, Geraldo Barijan e José Francisco Breda.

AUTOR DO TEXTO



Nelson de Luccas

Professor de História e Cronista

Caetano Caprioli



Caetano Caprioli

Vindos da pequena Cittaducale, província de Riedi, ao norte de Roma, região do Lazio, a história da família Caprioli, no Brasil, começou quando, em 1911 Savério e Páscoa Capriolli instalaram-se na fazenda Pau-a-Pique, em Vinhedo, SP.

Trabalhar nas fazendas de café, como faziam muitos dos imigrantes italianos vindos para o Estado de São Paulo, foi a primeira opção da família de Savério, Pácoa e os filhos Margarida, Anastácio, Ana e Secundino. Este, posteriormente, ao se naturalizar brasileiro, adotou o nome de Mário Caprioli.

No Brasil o casal ainda teve mais três filhas, Linda, Maria e Antônia. Em 1922 a família deixa a fazenda para se fixar no bairro rural Três Vendas de Campinas onde Savério

monta um pequeno armazém e passa a viver do comércio. Em 1926, Savério e os filhos Mário e Anastácio adquiriram um caminhão para facilitar o transporte de mercadorias de outras cidades para o armazém. Nas idas e vindas do caminhão, sempre aparecia alguma pessoa a pedir carona, fato que era observado e que incentivou pai e filhos, em 1928, a vender o caminhão e comprar uma jardineira Chevrolet “Cabeça de Cavalo”. É o começo a Empresa Viação Caprioli que por cerca de 84 anos serviu as populações de Monte Mor, Campinas, Capivari e outras várias cidades.

Em 1943, Anastácio transferiu sua parte na empresa para o irmão Mário que, nesse mesmo ano, adquire a empresa de Vitalino Cuta de Almeida em Monte Mor e na década de 1950 compra a Empresa de Transporte Coletivo Lyra que fazia o transporte urbano em Campinas e assim, a Caprioli não parou de crescer.

Caetano era filho de Anastácio Caprioli e Maria Bonin e nasceu em 07 de agosto de 1929 na cidade de Atibaia. Casou-se com Maria de Luccas e o casal fixou residência em Monte Mor, cidade natal de Maria e dessa união nasceram

os filhos Caetano Fernando Caprioli e Ana Caprioli.

Desde muito jovem começou a trabalhar na empresa do tio. Em 1944, contava quinze anos quando iniciou suas atividades e foi efetivado em 1947. Algum tempo depois Caetano torna-se sócio proprietário e um dos administradores da Empresa. Muito trabalhador, honesto e cumpridor de seus deveres sempre foi peça fundamental para com o andamento e o progresso da empresa. Muito calmo e educado era muito querido pelos funcionários aos quais dedicava muito respeito e a todos tratava com muita cordialidade.

Uma das paixões de Caetano era o futebol e seu amor ao time do Palmeiras era uma coisa transcendental. Quando aconteciam jogos importantes ficava tão nervoso que em muitas ocasiões não assistia nem ouvia os jogos, trancava-se em seu quarto e em absoluto silêncio esperava o jogo acabar para então ver o resultado. E tem mais, por muitos anos foram os ônibus da Caprioli a transportar os jogadores nos dias de jogos.

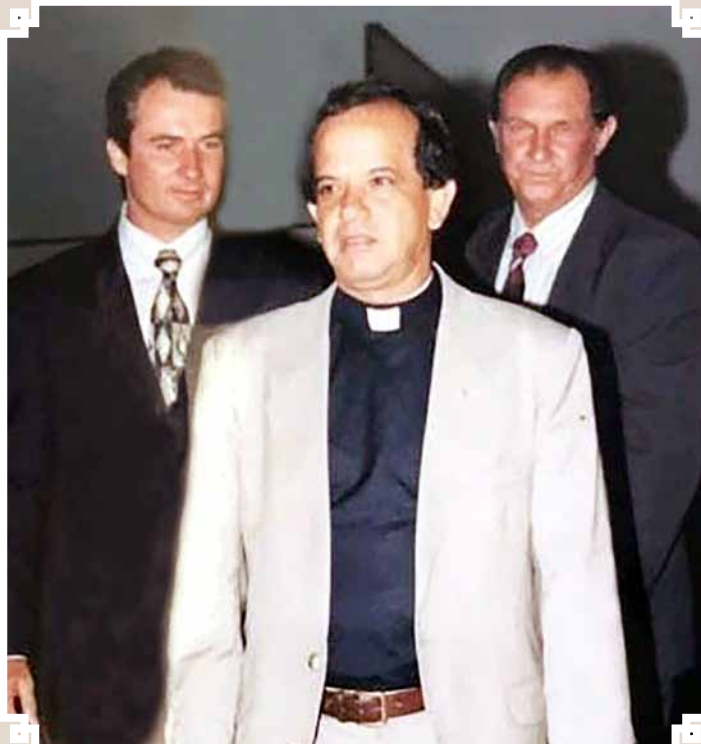
Faleceu prematuramente em 29 de maio de 1978, aos 48 anos e foi sepultado no Cemitério da Saudade em Campinas.

CASAMENTO DE YOLANDA E ELDO



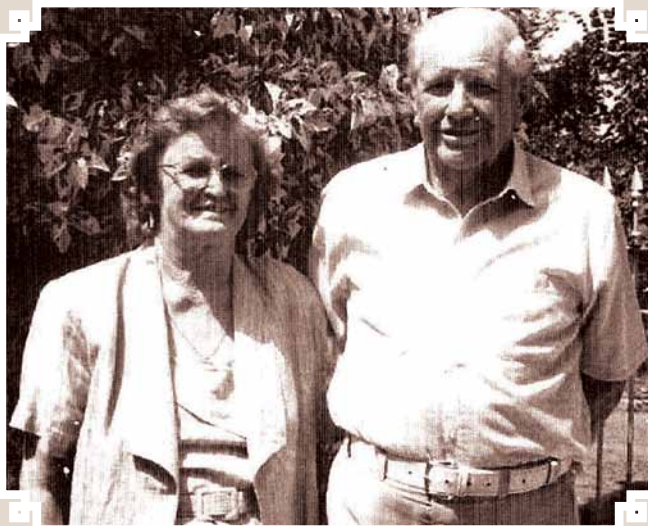
Registro fotográfico de 1962 mostrando um dos momentos do casamento de Yolanda Campos e Eldo Sebastião de Luccas. Na foto aparece o casal ladeado pelas testemunhas da cerimônia religiosa; da esquerda para a direita estão: José Pedro de Almeida, Maria do Carmo Campos, os nubentes, Dorothea Bauer de Luccas e Francisco de Luccas.

PADRE CARLOS ROBERTO DA SILVA



Registro fotográfico do início da década de 1990 onde aparecem, à frente, o Padre Carlos Roberto da Silva e atrás, à esquerda, o senhor Fernando Andrade e à direita o senhor Antenor Transferetti. Padre Carlos chegou a Monte Mor em 1986 como auxiliar do cônego Cyriaco, assumiu a direção da Igreja Matriz logo após a morte do cônego em 1990 e permaneceu no cargo até 1997.

JOÃO PAULINO GONÇALVES



Registro fotográfico do final da década de 1990 onde aparecem João Paulino Gonçalves e Maria Helena Almeida Gonçalves. João Paulino nasceu em 12 de junho de 1938 e faleceu em 15 de outubro de 2004. Pessoa muito popular, querida e respeitada dentro da sociedade montemorense, exerceu várias atividades durante sua vida. Foi pedreiro, trabalhou na empresa General Elétric

e de 1965 a 1991 foi funcionário da CPFL. Depois disso ainda foi proprietário da GT veículos, uma loja de carros seminovos e ainda parceiro da empresa Carlos Cunha de 1993 a 1999. Casou-se com dona Maria Helena em 1965 com quem teve dois filhos. Gostava muito de música e com sua esposa formava uma dupla de exímios dançarinos conquistando vários troféus em concursos dessa modalidade de arte.

WALDEMAR LUÍS STROEH E LEONOR



Foto da década de 2000 mostrando o casal Waldemar Luís Stroeh e Leonor Stroeh. Esse casal se destacou no meio social de Monte Mor por sua atuação junto ao Asilo da cidade, para onde, além do trabalho, destinou parte de seus bens. Waldemar e Leonor foram, também, muito atuantes junto ao Clube da Melhor Idade que hoje é denominado Associação Clube da Melhor Idade Waldemar Luís Stroeh.